



TESTADO, RENTABLE E COM BOA RELAÇÃO CUSTO-EFICÁCIA

ASSEGURAR OS DIREITOS DE POSSE DA TERRA
DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES
LOCAIS É UMA SOLUÇÃO-CHAVE PARA AS
MUDANÇAS CLIMÁTICAS

AS RÁPIDAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A AMEAÇA QUE REPRESENTAM PARA A VIDA NA TERRA SÃO UM DOS PRINCIPAIS DESAFIOS DO NOSSO TEMPO. GOVERNOS, INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS E GRANDES EMPRESAS TÊM EM MÃOS UMA SOLUÇÃO TESTADA, PRÁTICA E COM BOA RELAÇÃO CUSTO-EFICÁCIA PARA LUTAR CONTRA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: AS POLÍTICAS E PRÁTICAS QUE ASSEGURAM OS DIREITOS DE POSSE DA TERRA DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES LOCAIS.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

- » **OS GOVERNOS** devem incluir ações para garantir os direitos territoriais indígenas e comunitários em suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês) para reduzir as emissões de carbono com base no Acordo de Paris sobre mudanças climáticas.
- » **AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E GRANDES EMPRESAS** devem incluir ações para garantir os direitos territoriais indígenas e comunitários em suas políticas climáticas, ambientais e sociais e cumpri-las em todas as suas operações.
- » **AS INICIATIVAS GLOBAIS BILATERAIS E MULTILATERAIS DE FINANCIAMENTO PARA O CLIMA**, como o Fundo Verde do Clima (Green Climate Fund), devem garantir a proteção dos direitos de posse da terra, expandir os fluxos de financiamento para a reforma agrária, dar acesso direto aos povos indígenas e comunidades locais e reconhecer os seus direitos por meio de garantias.



A segurança nos direitos territoriais indígenas e comunitários não só melhora a vida dos membros das comunidades, por reduzir a pobreza e proteger as culturas,¹ mas também é fundamental para mitigar as mudanças climáticas e ajudar as comunidades a se adaptarem e resistirem aos seus efeitos nocivos. Numa época em que as temperaturas estão subindo e a humanidade consome recursos naturais em excesso,² o respeito a esses direitos ajuda a garantir a estabilidade do nosso planeta e a evitar impactos desastrosos para a paz, o crescimento econômico, a proteção da biodiversidade e a mobilidade humana.

AS CRISES ENTRELAÇADAS DO CLIMA E DA POSSE DA TERRA

Até 2,5 bilhões de pessoas em todo o mundo dependem de terras indígenas e comunitárias geridas coletivamente, o que representa mais de 50% das terras do planeta. Essas terras têm sido usadas, geridas e conservadas ao longo de gerações por povos indígenas e comunidades locais — agricultores de pequena escala, pastores, povos que dependem da floresta, pescadores artesanais —, mas os governos só reconhecem formalmente a posse de um quinto dessas terras.³

Isto deixa 40% da superfície terrestre vulnerável a pressões comerciais⁴ e à destruição ambiental. Segundo estimativas, desde o ano 2000, quase a metade dos casos documentados de grandes negócios fundiários envolveram terras reivindicadas por comunidades e povos indígenas, e foram firmados, em grande medida, sem o consentimento das comunidades afetadas.⁵ A pesquisa também indica que mais de 93% dos territórios destinados ao uso comercial são habitadas.⁶

A forma como lidamos com a crise da posse da terra tem implicações importantes para a nossa capacidade de enfrentar a atual crise climática!

- 1 Oxfam, International Land Coalition e Rights and Resources Initiative. 2016. Common Ground. Securing Land Rights and Safeguarding the Earth. Oxford: Oxfam. Disponível em <http://www.landrightsnow.org/en/common-ground/>.
- 2 Stockholm Resilience Centre. Sem data. The Nine Planetary Boundaries. Disponível em <http://www.stockholmresilience.org/research/planetary-boundaries/planetary-boundaries/about-the-research/the-nine-planetary-boundaries.html>.
- 3 Rights and Resources Initiative. 2015. Who Owns the World's Land? Washington, D.C: Rights and Resources Initiative. Disponível em www.rightsandresources.org/publication/whoownsthe-land.
- 4 W. Anseeuw, L. Alden Wily, L. Cotula e M. Taylor. 2012. Land Rights and the Rush for Land. Findings of the Global Commercial Pressures on Land Research Project. Roma: International Land Coalition. Disponível em <http://www.landcoalition.org/en/resources/land-rights-and-rush-land>.
- 5 K. Nolte, W. Chamberlain e M. Giger. 2016. International Land Deals for Agriculture. Fresh Insights from the Land Matrix: Analytical Report II. Berna, Montpellier, Hamburgo, Pretória: Centre for Development and Environment, University of Bern; Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement; German Institute of Global and Area Studies; University of Pretoria; Bern Open Publishing. Disponível em http://www.landmatrix.org/media/filer_public/ab/c8/abc8b563-9d74-4a47-9548-cb59e4809b4e/land_matrix_2016_analytical_report_draft_ii.pdf.
- 6 A. Alforte, J. Angan, J. Dentith, K. Domondon, L. Munden, S. Murday e L. Pradela. 2014. Communities as Counterparties. Preliminary Review of Concessions and Conflict in Emerging and Frontier Market Concessions. Washington, D.C: Rights and Resources Initiative. Disponível em http://www.rightsandresources.org/wp-content/uploads/Communities-as-Counterparties-FINAL_Oct-21.pdf.

GARANTIR OS DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS E COMUNITÁRIOS É FUNDAMENTAL PARA LIMITAR O AUMENTO DA TEMPERATURA GLOBAL A 1,5 GRAUS CELSIUS.

A falta de segurança na posse da terra prejudica a capacidade das comunidades de proteger seu ecossistema, preservar o solo e as fontes de água e conservar a biodiversidade.⁷ Em particular, ameaça a capacidade das comunidades de administrar as florestas, que são um dos mais importantes sumidouros de carbono terrestres. Estamos nos aproximando rapidamente de um ponto de inflexão em termos de desflorestamento,⁸ o que deverá acelerar o aquecimento da Terra; a garantia dos direitos comunitários sobre as florestas será fundamental para interromper esse processo.

As mudanças climáticas estão afetando os meios de vida de populações de todo o mundo. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) constatou recentemente que os impactos das mudanças climáticas sobre a agricultura e a segurança alimentar já são alarmantes.⁹ No Paquistão, por exemplo, estima-se que, ao longo das últimas duas décadas, 141 eventos climáticos extremos causaram, em média, 500 mortes por ano e perdas econômicas anuais de mais de US\$ 2 bilhões, o que equivale a quase a metade da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento bilateral para o Paquistão em 2014.¹⁰ O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas identificou os povos indígenas, as mulheres e outras pessoas que dependem de recursos naturais como grupos particularmente vulneráveis.¹¹

Segundo a FAO, eventos climáticos como as secas forçam as populações rurais a migrar;¹² estima-se que centenas de milhões de pessoas precisarão abandonar as suas casas em razão das mudanças climáticas até 2050.¹³ O mundo já enfrenta uma crise de refugiados — se não forem tomadas medidas para mitigar a crise climática, a situação ficará muito pior no futuro.

7 J. Rosendahl, M. A. Zanella, J. Weigelt e J. Durand. 2015. Pro-Poor Resource Governance Under Changing Climates. Roma: International Fund for Agricultural Development. Disponível em <https://www.ifad.org/documents/10180/84220ddf-3be7-45aa-a6ed-dc05ae473e62>.

8 Stockholm Resilience Centre. Sem data. The Nine Planetary Boundaries.

9 Food and Agriculture Organization of the United Nations. 2016. The State of Food and Agriculture. Climate Change, Agriculture and Food Security. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i6030e.pdf>.

10 International Institute for Sustainable Development 2013, em Oxfam. 2016. Food, Climate Change and Women. Women Farmers Key to Reversing Agricultural Decline in Pakistan. Oxfam Pakistan Briefing Paper.

11 Intergovernmental Panel on Climate Change. 2007. Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em https://www.ipcc.ch/publications_and_data/publications_ipcc_fourth_assessment_report_wg2_report_impacts_adaptation_and_vulnerability.htm

12 Food and Agriculture Organization of the United Nations. 2016. The State of Food and Agriculture.

13 International Institute for Environment and Development 2010, em Food and Agriculture Organization of the United Nations. 2016. The State of Food and Agriculture.

CRESCE O CONSENSO INTERNACIONAL — MAS SEM AÇÕES CONCRETAS

Há um consenso cada vez maior sobre a importância dos direitos de posse da terra dos povos indígenas e comunidades locais para o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental e a luta contra as mudanças climáticas. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) incluem compromissos explícitos para garantir os direitos de posse da terra a fim de erradicar a pobreza (Objetivo 1), erradicar a fome (Objetivo 2) e alcançar a igualdade de gênero (Objetivo 5). A garantia dos direitos territoriais indígenas e comunitários também contribuirá para proteger os ecossistemas aquáticos (Objetivo 6), combater as mudanças climáticas (Objetivo 13), reduzir as desigualdades (Objetivo 10) e proteger a vida terrestre (Objetivo 15). O Acordo de Paris de 2015 enfatiza o papel dos “conhecimentos tradicionais, conhecimentos dos povos indígenas e sistemas de conhecimento locais” nas ações de adaptação às mudanças climáticas. Está demonstrado que os povos indígenas e comunidades locais contribuem muito para o Plano Estratégico para a Biodiversidade no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica.¹⁴ Em 2016, a União Internacional para a Conservação da Natureza instou as empresas a “respeitar todas as categorias de áreas protegidas como áreas interditadas para atividades industriais nocivas ao ambiente” e destaca a necessidade de respeitar os direitos dos povos indígenas a dar seu consentimento livre, prévio e informado¹⁵.

14 Forest Peoples Programme, International Indigenous Forum on Biodiversity e Secretariat of the Convention on Biological Diversity. 2016. Local Biodiversity Outlooks. Indigenous Peoples’ and Local Communities’ Contributions to the Implementation of the Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020. Moreton-in-Marsh, Inglaterra: FPP. Disponível em <http://localbiodiversityoutlooks.net/>.

15 International Union for the Conservation of Nature. 2016. Protected Areas and Other Areas Important for Biodiversity in Relation to Environmentally Damaging Industrial Activities and Infrastructure Development. IUCN WCC-2016-Rec-102. Disponível em <https://portals.iucn.org/congress/motion/026>.

POR QUE OS DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS E COMUNITÁRIOS SÃO TÃO IMPORTANTES NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS?

Um conjunto crescente de evidências demonstra que o reconhecimento legal dos direitos de posse da terra dos povos indígenas e comunidades locais tem um grande impacto na mitigação das mudanças climáticas e na adaptação e resistência aos seus efeitos nocivos.

AS TERRAS INDÍGENAS E COMUNITÁRIAS INSEGURAS ARMAZENAM ENORMES ESTOQUES DE CARBONO

- » As florestas comunitárias armazenam pelo menos um quarto de todo o carbono de florestas tropicais acima do solo: 54.546 milhões de toneladas, o que equivale a quatro vezes o total de emissões globais de carbono em 2014.¹⁶
- » Pelo menos um décimo do carbono total das florestas tropicais de todo o mundo — aproximadamente 22.322 milhões de toneladas — está localizado em áreas florestais indígenas e comunitárias que não contam com reconhecimento formal.¹⁷
- » As pastagens armazenam cerca de 34% dos estoques terrestres globais de carbono,¹⁸ mas as comunidades indígenas e pastoralistas nômades que as gerem raramente possuem direitos seguros à terra.¹⁹

A GARANTIA DOS DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS E COMUNITÁRIOS PODE REDUZIR SIGNIFICATIVAMENTE AS EMISSÕES DE CARBONO

- » As terras indígenas seguras têm taxas mais baixas de desflorestamento que áreas semelhantes nas quais a posse da terra não está assegurada ou terras com outros modelos fundiários, tais como áreas governamentais protegidas.²⁰ Na Amazônia brasileira, a taxa de desflorestamento é 11 vezes mais baixa em florestas indígenas e comunitárias. No Petén guatemalteco, essa taxa é 20 vezes mais baixa, e no Yucatán mexicano é 350 vezes mais baixa.²¹

16 Rights and Resources Initiative 2016. Toward a Global Baseline of Carbon Storage in Collective Lands. Washington, D.C: Rights and Resources Initiative. Disponível em <https://www.rightsandresources.org/en/publication/global-baseline-carbon-storage-collective-lands/>.

17 Rights and Resources Initiative 2016. Toward a Global Baseline of Carbon Storage in Collective Lands.

18 C. Neely, S. Bunning e A. Wilkes 2009, in D. McGahey, J. Davies, N. Hagelberg e R. Ouedraogo. 2014. Pastoralism and the Green Economy – A Natural Nexus? Nairobi: International Union for the Conservation of Nature e United Nations Environment Programme. Disponível em <https://portals.iucn.org/library/node/44878>.

19 International Land Coalition. 2016. Nomadic Custodians: A Case for Securing Pastoralist Land Rights. Roma: International Land Coalition. Disponível em <http://www.landcoalition.org/en/regions/global-including-europe/resources/nomadic-custodians-case-securing-pastoralist-land-rights>.

20 H. Ding, P. Veit, E. Gray, K. Reyta, J. Altamirano, A. Blackman e B. Hodgdon. 2016. Climate Benefits, Tenure Costs. The Economic Case for Securing Indigenous Land Rights in the Amazon. Washington, D.C: World Resources Institute. Disponível em <http://www.wri.org/publication/climate-benefits-tenure-costs>.

21 C. Stevens, R. Winterbottom, J. Springer e K. Reyta. 2014. Securing Rights, Combating Climate Change. How Strengthening Community Forest Rights Mitigates Climate Change. Washington, DC: World Resources Institute e Rights and Resources Initiative. Disponível em <http://www.wri.org/publication/securing-rights-combating-climate-change>.



- » A redução do desflorestamento em terras indígenas seguras e outras florestas protegidas na Amazônia brasileira poderia proteger cerca de 27,2 milhões de hectares de florestas até 2050, evitando o equivalente a cerca de 3 anos de emissões de carbono de todos os países da América Latina e do Caribe.²²
- » No Brasil, as florestas comunitárias contêm 36% mais carbono por hectare que as não comunitárias.²³
- » Os direitos seguros à posse da terra são fundamentais para a gestão sustentável das pastagens de todo o mundo, que têm o potencial de sequestrar cerca de 10% das emissões anuais de carbono oriundas de atividades humanas.²⁴
- » Na Mongólia, o maior acesso e controle das comunidades sobre as pastagens reabilitou as pradarias e melhorou a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, além de aumentar a renda dos pastores.²⁵

A INSEGURANÇA NOS DIREITOS À POSSE DA TERRA AUMENTA A VULNERABILIDADE DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES LOCAIS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- » A falta de segurança na posse da terra tem impedido os povos indígenas deslocados pelo tufão Haiyan, nas Filipinas, de retornarem e reconstruírem as suas casas.²⁶
- » A maior fragmentação, a perda de pastagens e o bloqueio das rotas migratórias ameaçam a vida extremamente móvel dos pastores nômades. Essa mobilidade é vital para a sua resistência a climas imprevisíveis e eventos climáticos extremos.²⁷

GARANTIR OS DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS E COMUNITÁRIOS É UMA RESPOSTA COM BOA RELAÇÃO CUSTO-EFICÁCIA PARA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A proteção das florestas indígenas na bacia amazônica pode gerar benefícios líquidos, ligados à redução das emissões de carbono e a outros serviços ecossistêmicos, estimados em US\$ 4.559 a 10.274 por hectare ao longo de 20 anos. Isto representa possíveis benefícios econômicos totais de US\$ 700 a 1.561 bilhões para a Bolívia, a Colômbia e o Brasil combinados. Nos próximos 20 anos, o custo de assegurar os direitos à posse da terra no Brasil, na Colômbia e na Bolívia seria de apenas alguns dólares por hectare — menos de 1% dos benefícios totais.²⁸

22 Stevens et al. 2014. Securing Rights, Combating Climate Change.

23 Stevens et al. 2014. Securing Rights, Combating Climate Change.

24 P.J. Gerber, H. Steinfeld, B. Henderson, A. Mottet, C. Opio, J. Dijkman, A. Falcucci e G. Tempio 2013, em McGahey et al. 2014. Pastoralism and the Green Economy.

25 P. Herrera, J. Davies e P. Manzano (eds) 2014, em McGahey et al. 2014. Pastoralism and the Green Economy.

26 United Nations High Commissioner for Refugees. 2014. Typhoon Haiyan: Indigenous People Seek to Break Cycle of Displacement. Disponível em <http://unhcr.ph/human-stories/typhoon-haiyan-indigenous-people-seek-to-break-cycle-of-displacement>.

27 International Land Coalition. 2016. Nomadic Custodians.

28 Ding et al. 2016. Climate Benefits, Tenure Costs.

RESERVA DA BIOSFERA MAIA, GUATEMALA

A **Reserva da Biosfera Maia**, na Guatemala, foi criada em 1990 para proteger a maior floresta tropical ainda existente na América Central. A reserva inclui uma área central totalmente protegida e mais de uma dúzia de zonas de utilização variada onde é permitida a extração de madeira e outros produtos florestais. Na prática, isto reconhece os direitos das comunidades locais de usar e gerir estas áreas, dando-lhes um interesse direto em sua proteção.

Entre 2002 e 2007, as taxas de desflorestamento nas florestas comunitárias da reserva foram apenas um vigésimo das observadas no restante da reserva. Na taxa atual, quase 40% das florestas da reserva serão desmatadas até 2050, e a maior parte da cobertura florestal remanescente estará em áreas geridas pelas comunidades. As experiências com as florestas comunitárias da Guatemala ilustram o quanto a integração dos direitos à terra das comunidades nas estratégias de conservação contribui para mitigar as mudanças climáticas.²⁹

29 D. Hughell e R. Butterfield 2008, em Oxfam, International Land Coalition e Rights and Resources Initiative 2016. Common Ground.

EVITAR AS FALSAS SOLUÇÕES PARA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Muitas “soluções” propostas para mitigar as mudanças climáticas, na realidade, violam os direitos de posse da terra dos povos indígenas e comunidades locais e geram uma grande quantidade de emissões de carbono.

Projetos de grande escala na África, Ásia e América do Sul para atender à crescente demanda europeia por biocombustíveis têm explorado a insegurança nos direitos à posse da terra. O desflorestamento de terras para esses projetos tem contribuído muito para as emissões de carbono.³⁰

Grandes projetos hidrelétricos também geram importantes emissões de carbono e causam danos irreversíveis aos ecossistemas fluviais e florestais.³¹ Também resultam no deslocamento de grandes populações e em violações aos direitos humanos das comunidades locais.³²

Muitas áreas protegidas estão situadas em terras comunitárias onde se observa uma grande biodiversidade. Ao longo de um século, a falsa crença de que não deve haver pessoas nas áreas protegidas serviu como justificativa para despejos forçados. Um relatório de 2016 da ONU revelou que esses despejos continuam a ocorrer nos dias atuais — violando os direitos de comunidades e impedindo-as de continuar a agir como guardiões do meio ambiente.³³

Para serem eficazes, os projetos destinados a mitigar as mudanças climáticas devem respeitar os direitos de posse da terra dos povos indígenas e comunidades locais.

CRESCENTES AMEAÇAS AOS DEFENSORES DA TERRA E DO MEIO AMBIENTE

Os povos indígenas e comunidades locais encontram-se na vanguarda da proteção das terras e recursos naturais e, muitas vezes, enfrentam riscos extremos em razão de suas ações pacíficas. À medida que a “corrida pela terra” se intensifica em todo o mundo, esses riscos também aumentam.

Como os projetos insustentáveis aos quais eles se opõem costumam ser apoiados por interesses poderosos, são comuns as tentativas de marginalizá-los e desacreditar as suas ações. Esses grupos e suas famílias enfrentam ameaças de morte, intimidação e assédio, mas recebem pouca ou nenhuma proteção. Em 2015, ao menos 185 defensores do meio ambiente e dos direitos territoriais foram mortos em razão do seu trabalho — mais de três mortes por semana. Ao todo, 40% das vítimas foram de povos indígenas.³⁴

30 Oxfam. 2016. Burning Land, Burning the Climate. The Biofuel Industry's Capture of EU Bioenergy Policy. Oxfam Briefing Paper. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/research/burning-land-burning-climate>; Stevens et al. 2014. Securing Rights, Combating Climate Change.

31 International Rivers. 2015. 10 Reasons Why Climate Initiatives Should Not Include Large Hydropower Projects. Disponível em <https://www.internationalrivers.org/node/9204>.

32 International Rivers 2015. 10 Reasons Why Climate Initiatives Should Not Include Large Hydropower Projects.

33 United Nations. 2016. Conservation and Indigenous Peoples' Rights. Report to the General Assembly, 2016. Disponível em <http://unsr.vtaulicorpuz.org/site/index.php/en/documents/annual-reports/149-report-ga-2016>.

34 Global Witness. 2016. On Dangerous Ground. 2015's Deadly Environment: The Killing and Criminalization of Land and Environmental Defenders Worldwide. Londres: Global Witness. Disponível em https://www.globalwitness.org/documents/18482/On_Dangerous_Ground.pdf.

A garantia dos direitos territoriais indígenas e comunitários ajudará a protegê-los dessas ameaças.

RECOMENDAÇÕES³⁵

Não existe um compromisso forte para garantir os direitos de posse da terra dos povos indígenas e comunidades locais nos planos nacionais de combate às mudanças climáticas previstos no acordo de Paris, firmado por 167 países. Uma questão particularmente preocupante é o fato de que muitos dos países com grandes florestas que apresentam altas taxas de desflorestamento — como Brasil, RDC e Indonésia — não incluíram compromissos claros.³⁶

No Dia da Terra 2017, a campanha Land Rights Now (Direitos à Terra Já) insta todas as partes interessadas a tomarem medidas políticas firmes, adotando a proteção dos direitos de posse da terra dos povos indígenas e comunidades locais como uma solução testada, prática e com boa relação custo-eficácia para as mudanças climáticas:

- 1 OS GOVERNOS** devem incluir ações para garantir os direitos territoriais indígenas e comunitários em suas Contribuições Nacionalmente Determinadas para reduzir as emissões de carbono com base no Tratado de Paris.
- 2 AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E GRANDES EMPRESAS** devem incluir ações para garantir os direitos territoriais indígenas e comunitários em suas políticas climáticas, ambientais e sociais e cumpri-las em todas as suas operações.
- 3 AS INICIATIVAS GLOBAIS BILATERAIS E MULTILATERAIS DE FINANCIAMENTO PARA O CLIMA**, como o Fundo Verde do Clima (Green Climate Fund), devem garantir a proteção dos direitos de posse da terra, expandir os fluxos de financiamento para a reforma agrária, dar acesso direto aos povos indígenas e comunidades locais e reconhecer os seus direitos por meio de garantias.

Também encorajamos o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) a considerar e avaliar as crescentes evidências sobre o papel dos direitos seguros de posse da terra dos povos indígenas e comunidades locais na mitigação das mudanças climáticas durante o trabalho preparatório do seu Sexto Relatório de Avaliação.

35 Para conhecer todo o conjunto de recomendações da campanha Land Rights Now campaign, veja Oxfam, International Land Coalition e Rights and Resources Initiative 2016. Common Ground.

36 Revisão de 161 Contribuições Pretendidas Nacionalmente Determinadas (INDCs) apresentadas por 188 países na COP 21, em Rights and Resources Initiative. 2016. Indigenous Peoples and Local Community Tenure in the INDCS: Status and Recommendations. Washington, DC: Rights and Resources Initiative. Disponível em: <http://rightsandresources.org/en/publication/indigenous-peoples-local-community-tenure-indcs/>.



Photo: ©ILC/Jason Taylor, Uganda



SOBRE A LAND RIGHTS NOW

A Land Rights Now é uma campanha internacional que visa assegurar os direitos de posse da terra dos povos indígenas e comunidades locais em todo o mundo. Desde seu lançamento em março de 2016, mais de 500 organizações e milhares de pessoas de todo o mundo aderiram à campanha (mais informações em www.landrightsnow.org).

Os participantes da Land Rights Now estão se mobilizando em mais de trinta países para o Dia da Terra 2017, prestando sua solidariedade aos grandes defensores dos direitos à posse da terra que lutam contra as mudanças climáticas.

A Land Rights Now faz parte da Chamada Global à Ação pelos Direitos de Posse da Terra dos Povos Indígenas e Comunidades Locais, um movimento de solidariedade de organizações e comunidades unidas para promover os direitos territoriais indígenas e comunitários, trabalhando com estes grupos para mobilizar, comunicar, defender, monitorar e promover iniciativas estratégicas. A Chamada Global à Ação é convocada conjuntamente pela Coalizão Internacional para a Posse da Terra (International Land Coalition), a Iniciativa por Direitos e Recursos (Rights and Resources Initiative) e a Oxfam.